MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 4570/2017-MP/PGJ

O Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o Contrato nº 025/2014-MP/PA, oriundo do Pregão Eletrônico nº 037/2013-MP/PA, firmado entre este Órgão Ministerial e a empresa **OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, que tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos com motorista para o atendimento das necessidades do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que o diretor do Departamento de Administração encaminhou, por meio do Ofício nº 027/2016-MP/DAD, cópia integral do autos do Processo nº 059/2016-SGJ-TA (Protocolo nº 47900/2015), o qual trata do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro feito pela Empresa OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, por conta da vigência de Convenção Coletiva de Trabalho que aumentou o piso salarial da categoria dos motoristas de veículos;

CONSIDERANDO que tal processo resultou na constatação de que o regime tributário adotado pela Empresa (Simples Nacional) é divergente daquele declarado no momento da contratação (Lucro Presumido), o que levou ao recebimento, por parte da contratada, de valor superior ao devido no Contrato nº 025/2014-MP/PA, conforme cálculos realizados pelo técnico contador deste Órgão Ministerial;

CONSIDERANDO que foi realizada a correção da planilha, por meio de cálculo corrigido monetariamente, chegando-se ao valor de R\$ 8.163,04 (oito mil, cento e sessenta e três reais e quatro centavos) recebido a mais pela Empresa;

CONSIDERANDO que a autoridade superior enviou à Empresa o Ofício nº 206/2016-MP/SGJ-TA, no qual solicitou a restituição da quantia paga a mais no Contrato nº 025/2014-MP/PA, contudo, exaurido o prazo, a Empresa não realizou o depósito requerido;

CONSIDERANDO que foi instaurado procedimento administrativo para apuração da responsabilidade da Empresa OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-EPP, tendo sido enviado o Ofício nº 414/2016/LC/MP/PA, comunicando a abertura do procedimento apuratório e concessão de prazo legal para apresentação de defesa prévia, tendo a Empresa apresentado defesa tempestivamente;

CONSIDERANDO que, em defesa prévia, a Empresa OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA alega, em síntese, que o contador do Ministério Público não indicou como obteve o valor a ser restituído à Administração, bem como que a análise contábil realizada se ateve a apresentar valores aleatórios nas planilhas sem trazer qualquer explicação. Além disso, alega que saiu vencedora do Pregão Eletrônico nº 037/2013-MP/PA, apresentando o menor preço global para a Administração, portanto não ocasionou prejuízo à Administração, destacando que o preço foi mediante a apresentação de lances, e não de planilhas;

CONSIDERANDO que, em resposta, o técnico contador afirma que os valores não foram alocados de forma aleatória, destacando que a planilha de custo e formação de preços foi atualizada conforme referência do Ministério de Planejamento e Gestão – MPOG com base na IN 02/2008, momento em que, depois de atualizada, foram realizados os cálculos de reajuste e repactuação do Contrato, conforme documentos apresentados pela Empresa, logo, os cálculos foram demonstrados no mapa comparativo de preços, onde foi confrontado o valor pago – conforme contrato – e o valor efetivamente a pagar, demonstrado por meio da planilha atualizada, restando, portanto, improcedente a argumentação apresentada na defesa da contratada.

CONSIDERANDO que a argumentação da Empresa sobre o processo licitatório ter se efetivado por meio de lances, tendo, por conseguinte, apresentado o menor preço global para este *Parquet*, não exclui a responsabilidade da referida Empresa sobre a planilha de preços apresentada, uma vez que a inclusão ou exclusão do Simples Nacional ocorre depois de encerrado o processo licitatório, portanto, diz respeito ao contrato e não à licitação;

CONSIDERANDO que, no caso concreto, a Empresa OK LOCADORA DE VEÍCULO LTDA era optante do regime tributário Simples Nacional desde o ano de 2012, conforme consulta realizada no endereço eletrônico da Receita Federal, todavia, na execução do Contrato nº 025/2014, declarou estar exercendo em seu regime tributário o Lucro Presumido, além de considerar os créditos PIS e COFINS, oriundos do lucro real, havendo, assim, uma comunicação equivocada da Empresa, a qual gozando de privilégios do regime tributário diferenciado, não apresentou este repasse em planilha de formação de preços;

CONSIDERANDO que, de acordo com o avençado no Contrato nº 025/2014-MP/PA, a Empresa tem o dever de cumprir com todas as obrigações assumidas através do instrumento, inclusive as decorrentes das informações contidas na proposta de preços apresentada, logo, ao declarar, no momento da contratação, um regime tributário diferente do efetivamente praticado, a Empresa violou o item 11.2.1. da Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 025/2014-MP/PA;

CONSIDERANDO que a Empresa detinha o dever de realizar o controle da prestação dos serviços contratados, bem como de fiscalizar o Contrato, o que não ocorreu no caso concreto, tendo em vista que a Empresa não estava executando no Contrato o regime tributário declarado, violando, portanto, o item 11.2.38, da Cláusula Décima Primeira, do Contrato nº 025/2014-MP/PA;

CONSIDERANDO que, no caso concreto, se a Empresa OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA estava praticando um regime tributário diferente do declarado, ela deveria, de acordo com o art. 65, II e §5º da Lei nº 8.666/1993, proceder a comunicação e alteração da planilha de composição de preços para a revisão do preço, o que não ocorreu;

CONSIDERANDO que as razões interpostas em sede de defesa prévia pela empresa OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA foram consideradas improcedentes;

CONSIDERANDO que a Administração apenas cumpre com o seu poder-dever de fazer cumprir o disposto no Contrato para a hipótese de descumprimento de obrigações, na exata proporcionalidade do art. 87 da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO que a conduta da Empresa OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, ao utilizar regime tributário divergente daquele declarado no momento da contratação, configurou o descumprimento dos itens 11.2.1. e 11.2.38. da Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 025/2014-MP/PA, bem como o item 6.2.1. do instrumento;

RESOLVE:

I - Aplicar à Empresa **OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA** a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com base na Cláusula Décima Terceira, item 13.1.1. do Contrato nº 025/2014-MP/PA c/c artigo 87, inciso I da Lei nº 8.666/1993, pelos descumprimentos dos itens 11.2.1. e 11.2.38 do referido instrumento.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 12 de julho de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 206820

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 219/2017-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, DULCELINDA LOBATO PANTOJA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 2.560/2017-MP/PGJ, de 3 de maio de 2017,

R E S O L V E :

I - DESIGNAR a servidora ANA PAULA GAIA LOUREIRO, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe de Unidade de Apoio, durante o afastamento da titular, MARCO AURÉLIO DE NAZARETH CARVALHO DE LIMA, no período de 24 a 25/4/2017.

II - DESIGNAR a servidora ELAINE CAROLINE MARTINS DE SALLES GUIMARAES, Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe de Unidade de Apoio, durante a licença para tratamento de saúde da titular, MAIRA BRILHANTE CORREA NEVES, no período de 9 a 13/2/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 7 de junho de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Subprocuradora-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa

Protocolo: 206769

PORTARIA Nº 4.587/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Andrea Moura Santos Sampaio, Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Pará;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Procurador de Justiça RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA para responder pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, durante o afastamento da titular, Dr^a. ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO, no período de 6 a 19/7/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de julho de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4.713/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 270/2017/MP/CSMP, datado de 29/6/2017,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Secretaria do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, no período de 3/7 a 19/8/2017, em que a Procuradora de Justiça ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO responderá pelo expediente da Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Jurídico-Institucional.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de julho de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procuradora-Geral de Justiça

Protocolo: 206647

CONTRATO

NO DO CONTRATO: 058/2017-MP/PA.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 030/2017-MP/PA. Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa PEZZUTO & UBIALI LTDA - ME (CNPJ: 59.751.537/0001-36).

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Segurança Eletrônica (Vídeo porteiro Eletrônico).

Data da Assinatura: 24/07/2017.

Vigência: 25/07/2017 a 24/01/2018.

Valor Global: R\$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332;

Elemento de Despesa: 4490-52; Fonte: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Gilberto Valente Martins.

Endereço da Contratada: Rua Cel. Luís da Cunha, 645b, Bairro de Vila Tibério, no município de Ribeirão Preto – SP, Telefone (16) 3610 7434, E-mail: contato@pezzutotelecom.com.br / vendas@pezzutotelecom.com.br.

Protocolo: 206872

EXTRATO DE CONTRATO

NO DO CONTRATO: 057/2017-MP/PA.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 023/2017-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa ZAP TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME (CNPJ: 08.056.021/0001-30).

Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Redenção/PA.

Data da Assinatura: 24/07/2017.

Vigência: 25/07/2017 a 24/07/2018.

Valor Total Anual: R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326;

Elemento de Despesa: 3390-39; Fonte: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 206797